

ASPECTOS DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2011-2014

Aspects of the indebtedness of brazilian households in the period from 2011-2014

Daiane Antonini Bortoluzzi¹; Juliana Andreia Rüdell Boligon²;
Scheila Daiana Severo Hollveg³; Flaviani Souto Bolzan Medeiros⁴

¹ Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Email: daianeantonini@gmail.com.

² Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria.

³ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria.

⁴ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Data do recebimento: 10/02/2015 - Data do aceite: 21/05/2015

RESUMO: O crédito é uma ferramenta econômica capaz de permitir o adiantamento do poder de compra e, assim, gerar a expansividade das atividades de mercado. O maior acesso ao crédito pode trazer benefícios para o consumidor, como uma melhor qualidade de vida, mas em determinado nível o devedor pode não conseguir arcar com suas obrigações, tornando-se um endividado. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a analisar o nível do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011 a 2014. Metodologicamente, foi adotada uma pesquisa descritiva com a utilização de dados secundários obtidos junto aos sites do Banco Central do Brasil, Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Os resultados apontam um elevado percentual de endividamento e a ocorrência de oscilações crescentes e decrescentes no período estudado. As formas de crédito mais utilizadas pelos brasileiros entre 2011 e 2014 foram o crédito pessoal e o financiamento imobiliário. Concluiu-se, assim, que as diversas opções de crédito disponíveis na atualidade conduziram a economia do país a registrar índices preocupantes em relação ao endividamento familiar.

Palavras-chave: Endividamento. Linhas de crédito. Finanças pessoais.

ABSTRACT: Credit is an economic tool that enables advance purchasing power, and thus generate the expansiveness of the market activities. Greater access to credit may bring benefits to the consumer, such as better quality of life, but at some level the debtor may not be able to afford his/her obligations, turning into an indebted. In this terms, this article aims to analyze the level of debt of Brazilian families in the period from 2011 to 2014. It was used a descriptive research based on secondary data obtained from the Brazilian Central Bank websites, the Credit Protection Service and the National Debt and Consumer Default Search. The results show a high percentage of indebtedness and the occurrence of increasing and decreasing fluctuations during the study period. The most used credit forms by Brazilians between 2011 and 2014 were personal credit and real estate financing. It is concluded that the different credit options available today led the country's economy to register alarming rates in relation to household debt.

Keywords: Debt. Credit lines. Personal finance.

Introdução

Uma situação que pode ser observada no Brasil, no cenário econômico nacional, é o aumento significativo de participação dos jovens na economia; isso se deve ao aumento do poder de compra após a conclusão da educação formal até o ensino superior. No entanto, este fator pode provocar como efeito colateral o aumento do endividamento financeiro (FERNANDES e CANDIDO, 2014).

A expansão do crédito, entre 2005 e 2012, ocasionada principalmente pelo aumento dos prazos e do arrefecimento das taxas de juros, fez com que o endividamento das famílias brasileiras atingisse patamares elevados. Para Brusky e Magalhães (2007), após a estabilização do Plano Real e da inflação, o crédito tornou-se um elemento fundamental na vida da maioria dos brasileiros. Apesar de serem as maiores taxas de juros no mundo, uma parcela significativa dos brasileiros usa regularmente o crédito em suas inúmeras formas, tais como crediário, empréstimos ao consumidor, cartões de crédito, cheque especial, linhas de crédito automático, entre outras.

O maior acesso ao crédito pode trazer benefícios para o consumidor, como uma melhor qualidade de vida, mas, em determinado nível, o devedor pode não conseguir arcar com suas obrigações, tornando-se um endividado (LOPES, 2012).

Sob esse enfoque, Silva (2008) destaca que a cultura do endividamento está relacionada ao consumismo e ao crédito fácil, juntamente com o individualismo constante da sociedade e com o desejo de ter em detrimento do ser. Atualmente, tudo o que o indivíduo deseja consumir pode ser financiado de uma forma ou de outra.

Diante do exposto, este trabalho tem como problema de pesquisa responder à seguinte questão: Qual o nível de endividamento das famílias no Brasil entre 2011 a 2014? Para isso, esse artigo se propõe a analisar o nível do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011 a 2014, possibilitando conhecer o perfil característico dos consumidores endividados, bem como verificar o volume de recursos utilizado por meio das linhas de crédito por órgãos governamentais no período considerado no estudo.

Considerando que o tema tem se tornado cada vez mais preocupante no cenário econômico brasileiro, não somente para as famílias como também na atividade econômica do país, a presente pesquisa pretende trazer essa discussão para o meio acadêmico. No que tange à sociedade, justifica-se sua relevância ao perceber que a falta do planejamento orçamentário e de uma boa educação financeira pode conduzir facilmente o indivíduo ao endividamento e até à inadimplência.

Tendo em vista que níveis exagerados de endividamento podem levar à inadimplência e ter consequências graves na atividade econômica, para as organizações fica o alerta de que é preciso adotar medidas mais rigorosas de análise antes da liberação do crédito. Por isso, conhecer e analisar esses aspectos permite verificar a situação desses assuntos no atual cenário e elaborar projeções a respeito deles, aliando a teoria com a prática a partir dos dados apontados.

Procedimentos Metodológicos

Para o alcance dos objetivos propostos, o presente artigo adotou uma pesquisa descritiva segundo os objetivos do tipo documental quanto às fontes de informação (GONSALVES, 2011).

Quanto ao plano de coleta dos dados, foram utilizadas informações de fontes secundárias obtidas junto ao site do Banco Central do Brasil, disponibilizadas no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS), por meio de planilhas do Microsoft Excel®. No SGS estão presentes informações econômico-financeiras com base em séries temporais, podendo ser consultadas no guia “Economia e finanças”.

Ainda, valeu-se de dados recolhidos nos sites de Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e Pesquisa Nacional de Endividamen-

to e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Nesses sites, as informações de pesquisas são ofertadas mensalmente em arquivos de dados no formato *Portable Document Format* (PDF) e podem ser obtidas no menu “Pesquisas”.

O CNC é uma entidade sindical de um dos principais setores da economia do país, composta por 34 federações patronais e 999 sindicatos mais representativos dentre os setores. Essa entidade realiza a pesquisa sobre o endividamento das famílias brasileiras desde 2010, e esses dados são coletados junto a amostras de 18.000 consumidores de capitais dos estados brasileiros e do Distrito Federal.

O SPC Brasil é o sistema de informações das Câmaras dos Dirigentes Lojistas (CDL) e constitui-se como o maior banco de dados da América Latina em informações creditícias sobre pessoas físicas e pessoas jurídicas, auxiliando na tomada de decisões para concessão de crédito pelas empresas em todo país.

Dentre a diversidade de dados utilizados na PEIC, o presente trabalho coletou informações com relação ao total de endividados encontrados no período de 2011 a 2014. No Banco Central do Brasil, foram buscados dados sobre o volume de recursos disponibilizados por meio das linhas de crédito utilizado pelos consumidores e o endividamento das famílias brasileiras com o Sistema Financeiro Nacional.

No SPC Brasil, foram extraídos dados a fim de identificar o perfil característico dos consumidores endividados adimplentes e inadimplentes. Cabe frisar que esses dados foram coletados nas referidas instituições por meio de arquivos disponibilizados nos formatos PDF e em planilhas do Microsoft Excel®.

Finanças Pessoais e a Educação Financeira

Finanças pessoais é a ciência que estuda a aplicação dos conceitos financeiros pela família ou indivíduo nas suas decisões financeiras do cotidiano. As finanças pessoais levam em consideração os eventos financeiros de cada pessoa, bem como a fase da vida em que ele se encontra, a fim de auxiliar o seu planejamento financeiro (CHEROBIN e ESPEJO, 2010).

Os indivíduos precisam tomar decisões constantemente e cada vez mais devem aprimorar a forma como as escolhem. Uma decisão pode decorrer de mais de uma opção de caminho a seguir e optar pela correta exige um grau de conhecimento sobre finanças pessoais. Para isso, é necessário que os indivíduos adquiram educação financeira (MACEDO JR.; KOLINSKY; MORAIS, 2011).

Assim sendo, Lusardi e Mitchell (2007) explicam que a educação financeira é o processo em que o indivíduo melhora ou adquire o seu conhecimento sobre conceitos financeiros, a partir de informações, instrução e aconselhamento, com a finalidade de desenvolver habilidades e confiança para tomar as decisões corretas.

Cerbasi (2004) destaca que o planejamento das finanças pessoais está diretamente relacionado às características de organização, persistência e dedicação do indivíduo. Esse fator, para muitas pessoas, é o ponto mais difícil na organização financeira, uma vez que é necessário trabalhar com o monitoramento constante das receitas e despesas.

O Endividamento, Sobreendividamento e a Inadimplência

De acordo com Ferreira (2006), o endividamento tem origem no verbo endividar

e significa contrair dívidas. Desse modo, pode ser conceituado como a utilização de recursos de terceiros a fim de satisfazer as necessidades de consumo, isto é, a família excede sua renda orçamentária e recorre à utilização de recursos de terceiros. No entendimento de Mosca (2009), as causas do endividamento podem ser divididas em dois grupos de fatores: os microeconômicos, que estão ligados ao comportamento individual de cada família; e os macroeconômicos, que afetam a economia de modo geral e estão fora do controle delas.

Além disso, diversos fatores podem contribuir para o endividamento das famílias, dentre os quais, de um modo geral, são evidenciados o *status* social, falta de planejamento e os desejos e as necessidades (MACEDO JR.; KOLINSKY; MORAIS, 2011).

O sobreendividamento, por sua vez, refere-se às situações em que o devedor se vê impossibilitado de pagar um conjunto das suas dívidas. Se a capacidade de cumprimento for causada por circunstâncias não previsíveis como o desemprego, precarização do emprego, doença ou morte de um familiar, acidente, entre outros, é denominado de sobreendividamento passivo. Por outro lado, se o devedor contribui ativamente para se colocar em situação de impossibilidade de pagamento, é classificado como sobreendividamento ativo (GOMES, 2011).

Além do sobreendividamento existe a inadimplência, situação em que o indivíduo não consegue saldar um contrato, o que significa a falta de pagamento ou não cumprimento do acordo. Ainda, é considerado inadimplente o devedor que não satisfaz a obrigação de forma espontânea (SEHN e CARLINI JR., 2007).

De acordo com Herling et al. (2013), o sujeito torna-se inadimplente devido aos impactos que sofre constantemente na sua renda. Esses impactos determinam os limites e as restrições orçamentárias do consumidor,

fazendo com que ele perca seu controle financeiro e esteja propício a ser inadimplente.

Mercado de Crédito e suas Modalidades

O Brasil tem apresentado mudanças na economia, incluindo as relacionadas ao mercado de crédito, que apresentou um cenário de redução de taxas de juros, principalmente a partir do início de 2012, visto que a concessão de crédito é um dos fatores que desenvolvem a economia, tendo em vista sua capacidade de alavancagem do desenvolvimento dos negócios e do crescimento econômico (VASCONCELOS; GONSALVES; MEDEIROS, 2014).

Nesse mercado de crédito atuam várias instituições financeiras e não financeiras que agem como intermediários, encaminhando as poupanças das pessoas físicas, empresas e órgãos para empréstimos e investimentos. O principal órgão responsável pelo controle, normatização e fiscalização deste mercado é o Banco Central do Brasil (GITMAN, 2010).

O mercado de crédito objetiva, basicamente, suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazo dos vários agentes econômicos, seja por meio de concessão de crédito às pessoas físicas, seja por empréstimos e financiamentos às organizações. As operações desse mercado são realizadas por instituições financeiras, que atuam como intermediadoras de forma direta e indireta (ASSAF NETO, 2011).

Para Schlabitz (2008), o crédito viabiliza o crescimento econômico antecipando o consumo e o investimento, elevando o nível de oferta e demanda da economia. Desse modo, o crédito pode ser visto como um fator determinante para o nível de desempenho de um país. Segundo Kerr (2011), no Brasil, os instrumentos de crédito que as pessoas físicas mais utilizam são: cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito

consignado e crédito direto do consumidor (CDC). Essas modalidades e suas descrições são apresentadas no Quadro 1.

Instrumento de crédito	Descrição
Cheque Especial	É um contrato existente entre um banco e um consumidor para que este tenha disponível um crédito de um determinado valor vinculado à sua conta bancária que, caso seja utilizado, deverá ser devolvido acrescido de juros e outros encargos.
Crédito Pessoal	É um empréstimo em dinheiro sem comprovação de renda e não necessariamente garantido por um cheque pré-datado. Assim, o custo desse crédito é muito elevado devido ao risco assumido pela instituição financeira.
Cartão de Crédito	Possui um limite pré-aprovado e os usuários podem fazer compras até o valor desse limite. Se a fatura for paga no vencimento, o usuário não paga juros nem encargos. Também há a possibilidade de parcelar essa fatura, nesse caso incidem elevados juros e encargos.
Crédito Consignado	É uma modalidade de crédito pessoal com as taxas de juros mais baixas do mercado. Está disponível para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), servidores públicos e militares das Forças Armadas.
Crédito Direto ao Consumidor	É uma espécie de financiamento para aquisições de bens ou serviços. A quitação do financiamento é, geralmente, feita em prestações mensais, iguais e sucessivas.

Quadro 1 - Instrumentos de crédito.

Fonte: Adaptado Keer (2011).

Para as instituições financeiras, o crédito às famílias é muito mais fácil de ser avaliado do que o crédito empresarial, uma vez que este exige maior conhecimento dos negócios, análise financeira e monitoramento das atividades das corporações. Desse modo, como as taxas de juros praticadas no segmento de pessoas físicas são mais altas, as operações de crédito pessoal são também mais rentáveis (FREITAS, 2009).

Análise dos Resultados

Perfil dos Consumidores Endividados entre 2011 e 2014

Segundo a pesquisa divulgada pelo SPC Brasil (2014c), o perfil dos endividados adimplentes, ou seja, que não possuem contas em atraso é: 52% homens, 64% possuem idade entre 25 a 49 anos, 46% são da classe A e B; com relação ao estado civil, 42% dos adimplentes são solteiros. Quanto ao grau de escolaridade, 49% têm ensino superior (completo ou incompleto), 18% têm pós-graduação e, apenas, 4% possui o primeiro grau completo.

Com relação ao perfil dos endividados inadimplentes, o SPC Brasil (2014b) revelou que as mulheres representam 60% dos inadimplentes brasileiros. Considerando a condição social e a faixa etária, verifica-se maior representatividade na classe C, 86% e de pessoas entre 25 a 49 anos (65%), entre os que possuem contas em atraso.

A metade, 50% dos inadimplentes, é casado, contra 36% de solteiros, 3% viúvos e 10% de separados. Ainda, 37% são funcionários de empresas privadas e, portanto, possuem previsibilidade de renda, seguido pelos autônomos (28%), desempregados (13%) e aposentados ou pensionistas (8%). Quanto ao grau de instrução, 80% têm, no máximo, o ensino médio completo e 24% possuem apenas o primeiro grau completo.

O levantamento mostrou que o nível de escolaridade pode afetar o modo como o indivíduo trata das suas finanças. Quanto maior o grau de instrução, menor a incidência entre o grupo de pessoas com atraso. Constatou-se, ainda, que o descontrole financeiro e a inadimplência não são exclusividade das classes de baixa renda, uma vez que os indivíduos das classes A e B correspondem a 14% dos inadimplentes do Brasil.

Análise das Linhas de Crédito Disponibilizadas no Período Estudado

Desde 2003 acontece o aumento do crédito às pessoas físicas, o que pode estar relacionado com a dinamização do consumo das famílias, que aumentaram seu poder de compra no período. A economia brasileira cresceu nos últimos anos estimulada por fatores como forte demanda de consumo, ascensão da classe C e inclusão bancária, viabilizados pelo acesso facilitado ao crédito.

No entanto, muitos desses brasileiros entendem, equivocadamente, que o crédito é uma espécie de aumento de renda; entretanto, crédito é apenas uma antecipação de sua renda. Assim, no Brasil, o maior acesso ao crédito vem contribuindo para que os cidadãos contraíam dívidas em volumes cada vez maiores para sustentar o seu consumo (SOUZA, 2013).

Portanto, pode-se observar que se difundiu a ideia de que o acesso ao crédito proporciona uma melhor qualidade de vida. No entanto, a busca pela ascensão social por meio do crédito pode provocar justamente o contrário, uma vez que o consumidor pode destinar boa parte dos seus recursos financeiros ao pagamento de dívidas.

Na Tabela I, são elencados os principais instrumentos de crédito utilizados pelas pessoas físicas no Brasil, no período estudado e seus respectivos montantes em bilhões.

Pela análise da Tabela I, nota-se que o estoque de financiamentos com recursos livres atingiu 628,4 bilhões em 2011, totalizando, no crédito pessoal 238,9 bilhões; no crédito consignado 159,3 bilhões; no cartão de crédito 114,0 bilhões; e no cheque especial 17,6 bilhões. As operações de crédito realizadas com recursos livres são empréstimos cujas taxas de juros são livremente pactuadas entre os tomadores e as instituições financeiras.

Tabela I - Crédito a pessoas físicas - saldos (em bilhões R\$).

Discriminação	2011	2012	2013
Recursos livres	628,4	692,7	745,2
Crédito Pessoal	238,9	279,1	319,6
Consignado	159,3	188,9	221,9
Cartão de crédito	114,0	126,5	144,6
Cheque especial	17,6	18,3	20,2
Recursos direcionados	292,7	383,2	506,0
Imobiliário	189,4	255,4	342,5
Rural	72,6	90,7	115,3

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2014a).

As operações realizadas com recursos direcionados, que são empréstimos realizados com taxas ou recursos definidos por normas governamentais, alcançaram 292,7 bilhões em 2011. Nesse mesmo ano, o financiamento imobiliário fechou em 189,4 bilhões e o crédito rural em 72,6 bilhões.

Em 2012, houve uma expansão no financiamento com recursos livres, alcançando 692,7 bilhões; no crédito pessoal 279,1 bilhões; no crédito consignado 188,9 bilhões; no cartão de crédito 126,5 bilhões; e no cheque especial 18,3 bilhões. Também ocorreu um crescimento dessas modalidades em 2013: o financiamento com recursos direcionados concluiu o ano com 383,2 bilhões, o financiamento imobiliário com 255,4 bilhões e, o crédito rural, com 90,7 bilhões.

Ocorreu em 2013, novamente, um aumento nessas modalidades, terminando o ano com financiamento de recursos livres de 745,2 bilhões, no crédito pessoal 319,6 bilhões, no crédito consignado 221,9 bilhões, no cartão de crédito 144,6 bilhões e, no cheque especial, 20,2 bilhões. O financiamento de recursos direcionados totalizou 506 bilhões, financiamento imobiliário 342,5 bilhões e, o crédito rural, 115,3 bilhões.

Portanto, verifica-se que nos três anos analisados houve aumentos consecutivos em todas as modalidades de crédito, de-

monstrando que o consumidor brasileiro está recorrendo, cada vez mais, ao crédito, em vista da facilidade de adquirir empréstimos.

Também é possível analisar que as formas de crédito mais utilizadas são o crédito pessoal e o financiamento imobiliário, destacando a grande expansão deste no último ano. Posteriormente, é plausível elencar o cartão de crédito, que vem ganhando destaque entre os consumidores brasileiros. Segundo a pesquisa realizada pelo SPC Brasil (2014a), o cartão de crédito é a modalidade de pagamento mais utilizada pelos consumidores na hora de parcelar uma compra. A pesquisa também apontou um diagnóstico preocupante ao revelar que 77% reconhece não ter conhecimento sobre o valor dos juros cobrados nesse tipo de operação.

Principais Indicadores de Endividamento

Devido ao fácil acesso do crédito, atualmente, anunciado e agressivamente promovido na televisão, rádio e jornal, o crédito deixou de ser um recurso excepcional e agora é um instrumento de gestão presente no orçamento pessoal e familiar (HENNIGEN, 2010). Este cenário pode ser considerado como um fator para a evidência do alto nível de endividamento das famílias brasileiras nos últimos anos, como pode ser observado na Tabela II.

A partir da Tabela II é possível perceber que mais da metade das famílias brasileiras encontravam-se endividadas no período estudado. Sendo assim, Donadio, Campanario e Rangel (2012) entendem que o crescente grau de endividamento induz a acreditar que grande parcela da população possui baixa educação financeira, o que torna os indivíduos mais propensos ao consequente endividamento.

Com base na análise dos anos 2011, 2012 e 2013, não se pode afirmar que o nível de

Tabela II - Principais indicadores do endividamento

	2011	2012	2013
Peic (Percentual do total) - Média anual			
Famílias endividadadas	62,2%	58,3%	62,5%
Famílias em conta em atraso	22,9%	21,4%	21,2%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	8,0%	7,1%	6,9%
Peic (em número absoluto) - Média anual			
Famílias endividadadas	9.094.78	8.470.610	9.109.768
Famílias em conta em atraso	3.398.160	3.039.488	3.043.350
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	1.151.317	1.015.280	998.661
Peic (em variação percentual)			
Famílias endividadadas	-	-6,8%	7,5%
Famílias em conta em atraso	-	-10,6%	0,1%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	-	-11,9%	-1,6%

Fonte: CNC/PEIC (2013).

endividamento das famílias brasileiras esteja decrescendo. Apesar de haver uma redução de 6,8% entre os anos de 2011 e 2012, essa redução não ocorreu no ano posterior. No ano de 2013, ocorreu um aumento de 7,5% na taxa de crescimento dos endividados, mostrando um índice preocupante devido a essa alta na taxa de endividamento de 2012 para 2013.

Por isso, observa-se que nesses três anos consecutivos a taxa de endividamento oscilou, tendo um arrefecimento em um ano e um crescimento no ano seguinte. Este índice aparentemente não sinaliza uma preocupação econômica, visto que a dívida apenas representa uma compra a crédito. No entanto, os endividados acabam tendo a sua renda comprometida e este comprometimento é a base que determina muitas das ações de uma família e isso pode levá-la à inadimplência.

Com relação ao índice das famílias com contas em atraso, isto é, inadimplentes, é possível observar que nos três anos analisados houve um decréscimo, 22,9%, 21,4% e 21,2%, com uma variação de -10,6% em 2012 e 0,1% em 2013. O endividamento pode vir acompanhado da inadimplência, que é conceituada como o não pagamento assíduo das obrigações pelo devedor (CLAUDINO;

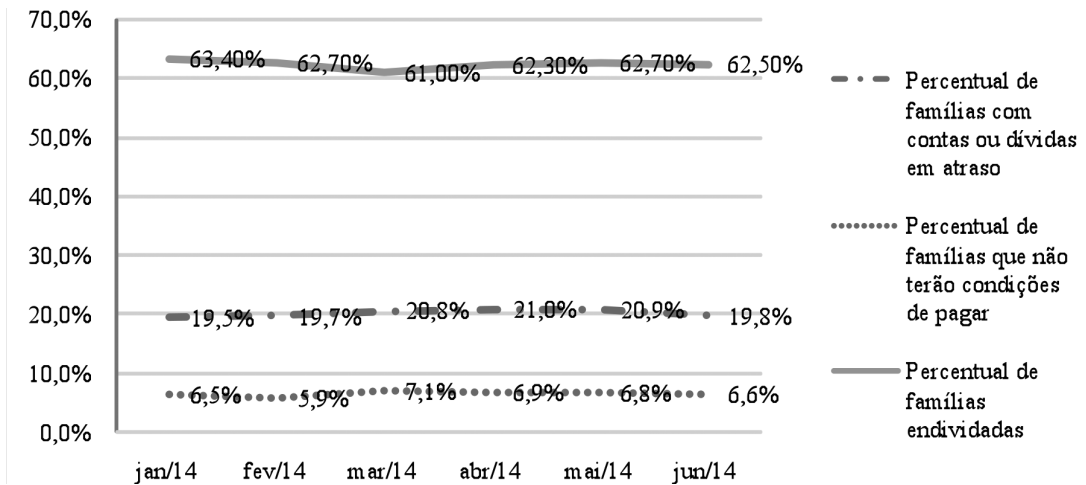
NUNES; SILVA, 2009). Todavia, o índice aponta que, em média, 21,83% dos endividados tiveram suas dívidas capitalizadas, isto é, a renda que 21,83% das famílias endividadadas comprometeram com o pagamento de dívidas, sofreu correções diárias e resultou em dívidas mais elevadas do que as inicialmente adquiridas.

No que diz respeito às famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso, houve também um arrefecimento, 8,0%, 7,1% e 6,9%, nos anos de 2011, 2012 e 2013, respectivamente. Nesse caso, é permitido verificar que as famílias buscaram realizar um planejamento das dívidas a fim de conseguir quitá-las.

Em referência ao ano de 2014, foi considerado, para análise, o primeiro semestre do ano. No Gráfico 1 são apresentados os percentuais referentes às famílias endividadadas, o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso e o percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas em atraso nos meses de janeiro a junho de 2014.

Percebe-se no Gráfico 1 que o ano de 2014 iniciou com um índice de 63,40% de famílias endividadadas, um avanço com relação ano

Gráfico 1 - Avaliação nível de endividamento.



Fonte: Adaptado CNC/PEIC (2014).

de 2013, quando esse índice correspondia a 62,50%. Nos dois meses seguintes, fevereiro e março, ocorreu um arrefecimento nessa taxa, respectivamente 62,70% e 61%. No entanto, nos meses de abril e maio verificou-se novamente um crescimento das famílias endividadadas, 62,30% e 62,70%. Após, sucedeu um decréscimo no mês de junho, 62,50%.

Os índices indicam que ao longo dos últimos seis meses uma média de 62% do total de famílias brasileiras direcionou parte de sua renda ao pagamento de bens e serviços adquiridos há dias, meses ou até mesmo anos passados. O problema em questão agrava-se ainda mais à medida que muitos desses devedores possuem dívidas ou contas em atraso.

O aumento do custo das dívidas pelas sucessivas elevações das taxas de juros, a inflação em patamar elevado e o enfraquecimento da atividade econômica, gerando menor dinamismo no mercado formal de trabalho, figuram entre as causas que explicam o aumento da inadimplência ao longo destes últimos meses (SERASA, 2014). Em seguida, no último mês analisado, ocorreu um arrefecimento nesse índice, no entanto,

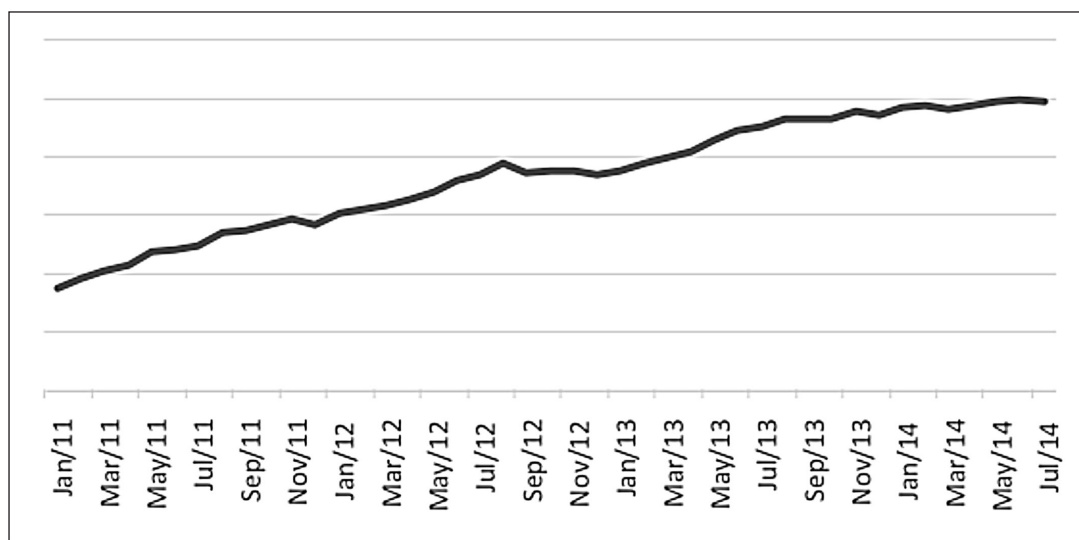
não muito significativo em comparação ao contínuo aumento dos meses anteriores.

As atualizações e os reajustes incorporados às dívidas em atraso resultam em um maior comprometimento da renda por parte dos devedores. Diante disso, muitos endividadados se encontram impossibilitados de saldar as contas em atrasos. A decorrência desses fatores resulta no terceiro indicador a ser abordado: a incapacidade de pagamento de dívidas pelas famílias.

Esse indicador apresentou um declínio no mês de fevereiro de 0,6%, tendo, no mês seguinte, um aumento na variação de 1,2%. Nos três meses seguintes, abril, maio e junho, ocorreram, novamente, decréscimos, com variações de 0,2%, 0,1% e 0,2%, respectivamente. A seguir, no Gráfico 2, visualiza-se o endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) em relação à renda acumulada dos últimos doze meses.

A variável “endividamento das famílias com o SFN” corresponde à série do Banco Central que relaciona o montante atual das dívidas das famílias com o SFN e a renda das famílias acumulada nos últimos doze

Gráfico 2 - Endividamento das famílias com o SFN.



Fonte: Banco Central do Brasil (2014b).

meses. É possível verificar que desde 2011 o endividamento das famílias brasileiras vem sofrendo oscilações constantes e de uma forma geral esse índice vem crescendo e comprometendo a renda das famílias brasileiras.

A alta disponibilidade de crédito no país altera os hábitos de consumo das classes C, D e E, pois, com a possibilidade de adquirir produtos mais caros com prazos maiores, essas classes passaram a comprar itens antes considerados caros ou supérfluos. Nesse sentido, pode-se verificar que, quanto maior o endividamento mais recurso financeiro foi emprestado às famílias, podendo ter sido usado para financiar imóveis ou bens de consumo, duráveis ou não. Esse estímulo ao consumo foi uma estratégia adotada pelo governo do país nos últimos anos.

O crédito permite às famílias realizarem, principalmente, compras de bens de preços elevados e ir pagando a prazo, assim, elas comprometem uma parte de sua renda com o pagamento dessa dívida, e este comprometimento é a base que determina muitas das ações de uma família, podendo levá-la à inadimplência.

Considerações Finais

Vale destacar que desde a primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente, a partir de 2003, depois em continuidade com o governo de Dilma Rousseff, ambos conferiram ao país grandes transformações estruturais, econômicas e sociais, proporcionando mudanças significativas para a sociedade brasileira.

As primeiras medidas adotadas rumo a esse novo modelo de desenvolvimento deram-se por meio de políticas de redução da taxa de juros, ampliação do volume de crédito direcionado às empresas e famílias, como, também, a valorização do salário mínimo.

No caso do crédito, ele pode ser atrelado a um instrumento econômico expansionista, sendo capaz de ampliar o poder de compra dos consumidores até mesmo das classes mais baixas. No entanto, a maneira com que este mecanismo se estabeleceu na sociedade provocou um aumento no índice do endividamento.

Os resultados obtidos nesse estudo revelam que as formas de crédito mais utilizadas pelos brasileiros, no período considerado para fins de análise, foram o crédito pessoal e o financiamento imobiliário. Com relação ao perfil dos endividados adimplentes, a maioria são homens solteiros com idade entre 25 a 49 anos e são da classe A e B. Já em relação ao perfil dos endividados inadimplentes, a pesquisa revelou que as mulheres representam mais da metade dos inadimplentes brasileiros.

A respeito dos endividados, nota-se o grande percentual de endividamento e a ocorrência de oscilações no período estudado. Apesar dos altos níveis encontrados não se pode afirmar que esse índice esteja seguindo uma tendência de crescimento, já que ocorreram oscilações de arrefecimento no período analisado.

Como solução para esse cenário surgem as medidas governamentais e um melhor planejamento orçamentário dos indivíduos, bem como a educação financeira. Assim, a redução do índice do endividamento deve ser tratada como prioridade tanto pela sociedade quanto pelos órgãos públicos, uma

vez que a inadimplência é decorrente do endividamento.

Diante de tais dados, percebe-se a importância da realização do planejamento financeiro, visto que a falta do mesmo conduz as pessoas de modo fácil ao endividamento, podendo ocasionar, inclusive, problemas de saúde devido ao desgaste psicológico, acarretando entre outros problemas o estresse e a depressão. Conseqüentemente, ocasionando risco à qualidade de vida do indivíduo.

Por isso, é de vital importância que os indivíduos realizem o planejamento orçamentário e adquiram uma educação financeira, visto que essa facilidade de acesso ao crédito, aliada a uma sociedade consumista, instiga muitos a passarem por situações de endividamento e, até mesmo, de inadimplência.

Do mesmo modo, baseando-se nos reflexos que a inadimplência pode trazer às organizações, cabe a elas analisar, por meio de critérios mais rigorosos, os cidadãos que possuem condições de honrar esse compromisso financeiro antes da liberação do crédito. Para isso, devem-se tomar medidas necessárias a fim de amenizar problemas futuros com os possíveis casos de inadimplência no país.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política monetária e operações de crédito do SFN**. 2014a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/notecon2-p.asp>>. Acesso em: 11 out. 2014.
- _____. **SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais** – v. 2, n. 1. 2014b. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>>. Acesso em: 14 out. 2014.
- BRUSKY, B. e MAGALHÃES, R. S. Assessing indebtedness: results from pilot survey among steelworkers in São Paulo. **International Labour Office**, Geneva, n. 46, 2007.
- CERBASI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo. Editora Gente, 2004.
- CHEROBIN, A. P. M. S. e ESPEJO, M. M. S. B. **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer**. São Paulo: Atlas, 2010.

- CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. da. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12., São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2009.
- DONADIO, R.; CAMPANARIO, M. de A.; RANGEL, A. de S. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 11, n. 1, p. 75-93, 2012.
- FERNANDES, A. H. de S.; CANDIDO, J. G. Educação Financeira e nível do endividamento: Relato de pesquisa entre os estudantes de uma instituição de ensino da cidade de São Paulo. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, São Paulo, v. 5 n. 2, jul./dez. 2014.
- FERREIRA, R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. São Paulo: Thomson, 2006.
- FREITAS, M. C. P. de. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 125-145, 2009.
- GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.
- GOMES, M. S. A. O crédito malparado e o sobreendividamento das famílias na região autónoma da Madeira. 93 f. 2011. **Dissertação** (Mestrado em Contabilidade e Gestão das Instituições Financeiras) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2011.
- GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 5. ed. Campinas: Alínea, 2011.
- HENNIGEN, I. Superendividamento dos consumidores: uma abordagem a partir da Psicologia Social. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. x, n. 4, p. 1173-1201, 2010.
- HERLING, L. H.; MORITZ, G. de O.; SANTOS, A. M. dos; SOARES, T. C.; BACK, R. I. B. A inadimplência nas instituições de ensino superior: um estudo de caso na instituição XZX. **Revista Gestão Universitária da América Latina**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 126-142, 2013.
- KERR, R. B. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- LOPES, G. de O. Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos. 64 f. 2012. **Dissertação** (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- LUSARDI, A. e MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for financial education. **Business Economics**, v. 42, n. 1, p. 35-44, 2007.
- MACEDO JR., J. S.; KOLINSKY, R.; MORAIS, J. C. J. de. **Finanças comportamentais**: como o desejo, o poder, o dinheiro e as pessoas influenciam nossas decisões. São Paulo: Atlas, 2011.
- MOSCA, A. **Finanças comportamentais**: gerencie suas emoções e alcance sucesso nos investimentos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PEIC - **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. 2013. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2013>>. Acesso em: 27 ago. 2014.
- _____. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. 2014. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-36>>. Acesso em: 27 ago. 2014.
- SCHLABITZ, C. J. Custos de transação e o mercado de crédito brasileiro: uma análise sob a ótica da nova economia institucional. 201 f. 2008. **Dissertação** (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SEHN, C. F. e CARLINI JR., R. J. Inadimplência no Sistema Financeiro de Habitação. **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 59-84, 2007.

SERASA, E. **Inadimplência do consumidor sobe 2,4% em maio, revela Serasa Experian**. 2014. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/inadimplencia-do-consumidor-sobe-24-em-maio-revela-serasa-experian/>>. Acesso em: 20 set. 2014.

SPC BRASIL. **80% dos brasileiros preferem o cartão na hora de parcelar, mas só um terço conhece os juros cobrados**. 2014a. Disponível em: <www.spcbrasil.org.br/imprensa/41180dosbrasileirospreferemcartaonahoradeparcelarmassoumercoconheceosjuroscobrados>. Acesso em: 12 out. 2014.

_____. **Quatro em cada dez inadimplentes não pretendem pagar dívida nos próximos três meses, revela SPC Brasil**. 2014b. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/452-quatroemcadadezinadimplentesnaopretendempagardividanosproximostresmesesrevelaspbrasil>>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. **Perfil do adimplente e inadimplente**. 2014c. Disponível em: <[file:///H:/TFG/spc_brasil_analise_perfil_adimplente_inadimplente_2014%20\(1\).pdf](file:///H:/TFG/spc_brasil_analise_perfil_adimplente_inadimplente_2014%20(1).pdf)>. Acesso em: 25 out. 2014.

SILVA, S. B. da C. N. **Alfabetização econômica, hábitos de consumo e atitudes em direção ao endividamento de estudantes de pedagogia**. 332 f. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SOUZA, M. A. P. de. O uso do crédito pelo consumidor: percepções multifacetadas de um fenômeno intertemporal. 118 f. 2013. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

VASCONCELOS, L. A.; GONSALVEZ, R. de S.; MEDEIROS, O. R. Contribuição da análise financeira fundamentalista à concessão de crédito: estudo de caso em uma instituição financeira. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan./abr. 2014.

